

Lembrar, para não esquecer...



CRÓNICA

Jacinto Rêgo de Almeida

Na Fundação Mário Soares Maria Barroso, realizou-se o Seminário Internacional “Lembrar Para Não Repetir”, sobre a oposição intelectual portuguesa e brasileira às ditaduras nos dois países. O Seminário foi organizada pela Fundação, o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE e a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Brasil).

No decurso dos trabalhos, Irene Flunser Pimentel debruçou-se sobre o tema do exílio de intelectuais portugueses no Brasil, entre outros, João Sarmento Pimentel, Ruy Luís Gomes, Moura Pinto, Oliveira Pio, Jaime Cortesão, Adolfo Casais Monteiro, Miguel Urbano Rodrigues e Paulo de Castro. Luis Bigotte Chorão falou sobre o asilo concedido a Humberto Delgado pela Embaixada do Brasil em Lisboa, tendo como chefe de missão Álvaro Lins (AL), e salientou a profunda gratidão dos democratas portugueses a esse embaixador estrangeiro que deu a conhecer ao mundo, de forma continuada e com extraordinária energia, – como iremos ver mais à frente – o regime ditatorial do Estado Novo salazarista, a miséria nacional e as degradantes instituições sociais que ocorrentavam o povo.

Memórias do exílio foram apresentadas por Manuel Pedroso Marques, que, então capitão, após a participação da tentativa de golpe em Beja, em 1961, permaneceu asilado político na Embaixada do Brasil em Lisboa cerca de dois anos e meio; e também por Carlos Minc, antigo exilado da ditadura militar brasileira em Portugal, e ministro do Meio Ambiente, num dos governos do Presidente Lula da Silva. Outros temas foram tratados, como o exílio científico, a segurança nacional do regime militar brasileiro durante o período da Revolução de 25 de Abril (por Enio Viterbo Martins, da Fundação Getúlio Vargas), a importância da democratização em Portugal para as relações entre os dois países (por Rosa Ana Pato, do ISCTE), censura e resistência nas redações dos jornais portugueses, a ditadura e a opressão feminina – o caso de Maria Lamas –, o lugar dos intelectuais na televisão marcelista, livros contra as ditaduras nos dois países, canções de protesto e resistência em tempos de ditaduras, o trabalho dos artistas plásticos portugueses no Brasil – os casos de António Manuel e Arthur Barrio –, vivências dos encenadores teatrais brasileiros Augusto Boal e José Celso Martinez Corrêa em Portugal após a Revolução de Abril, a literatura de Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e José Saramago na resistência em Portugal. Além de outras participações nomeadamente musicais.

Estive exilado no Brasil durante seis anos, antes de lá ter desempenhado funções diplomáticas na Embaixada de Portugal. Não conheci o embaixador Álvaro Lins (1912-1970), mas man-

tive profundas relações de amizade com a viúva, Heloísa Lins, e os filhos, Teresa e Pedro Barros Lins (este preso em maio de 1978 pela ditadura militar), que me deram cópias de documentos do seu acervo sobre as relações com autoridades portuguesas e do seu país durante e após a sua missão diplomática.

Álvaro Lins, renomado crítico literário, especialista em Marcel Proust, membro da Academia Brasileira de Letras, foi professor de estudos brasileiros em universidades de Lisboa, entre 1952 e 1954, e Chefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek antes de ser embaixador do Brasil em Lisboa de 1957 a 1959. Aqui manteve estreitos contactos com intelectuais como António Sérgio, Jaime Cortesão e João Gaspar Simões, e, após a concessão de asilo político a Humberto Delgado, incompatibilizou-se com o Presidente do Brasil e foi substituído pelo Embaixador Negrão de Lima.

Reproduzo abaixo trechos de documentos assinados por AL, o primeiro deles a devolução ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Manoel Rocheta, da condecoração Grã-Cruz da Ordem de Cristo, que lhe tinha sido outorgada pelo governo português em dezembro de 1957:

“...considero (que essa condecoração) hoje me desonra. Mais tarde, quando Portugal for restituído democraticamente, a si próprio, isto é, ao nobre, generoso e admirável povo português, com um governo legítimo e representativo, então, se vier, novamente, a merecer essa mesma condecoração e distinção honorífica, eu a receberei, e ostentarei as suas insígnias, com ufania, desvanecimento e gratidão...Nada fiz, em matéria de serviços à Ditadura portuguesa, para merecer essa condecoração...este ato (de devolução) significando repúdio ao governo salazarista, representa, consequentemente, homenagem e solidariedade ao povo português, oprimido na vida interna do seu País e deslustrado, na situação internacional, pela mais antiga ditadura existente sobre a face da terra.”

Em carta aberta ao Presidente Kubitschek, AL salienta: “...as nossas

escolhas já estão feitas: os seus compromissos são com a ditadura salazarista; os meus são com a Nação portuguesa imperecível; a sua posição é a de fortalecer e reanimar um sistema ditatorial decadente, anacrónico e condenado; a minha é a de solidariedade e apoio ao movimento democrático de restauração das liberdades públicas e dos direitos para todos os portugueses...Fui traído pela sua conduta para com os sentimentos democráticos da nossa opinião pública e a dignidade da representação diplomática do nosso País no estrangeiro.”

E divulga amplamente artigo, de 10 de junho de 1958, do *New York Times*, após a eleição do contra-almirante Américo Tomás para Presidente da República: “... mas isto não tem importância nenhuma. Ele (Tomás) não terá qualquer poder e o dr. Salazar poderia ter escolhido, da mesma maneira, o polícia de trânsito mais à mão”.

Adiante. Após demoradas negociações diplomáticas, Humberto Delgado saiu da Embaixada do Brasil em Lisboa para o exílio no Rio de Janeiro. Depois viajou por vários países e foi para Espanha numa cilada preparada pela PIDE, sendo brutalmente assassinado em 1965, junto com a sua companheira Arajaryr Campos, em Vila Nueva del Fresno, perto da fronteira com Portugal. O assassino foi o agente da polícia política Casimiro Monteiro. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, os corpos foram encontrados, foi realizado o julgamento dos responsáveis, mas o assassino fugiu para a África do Sul, onde faleceu em 1993.

Lembrar, lembrar para não esquecer...**■**

Este ato (devolução da condecoração) significando repúdio ao governo salazarista, representa homenagem e solidariedade ao povo português, oprimido no país e deslustrado na situação internacional, mais antiga ditadura existente sobre a face da terra

Álvaro Lins